



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Rafaela Barroso Araújo
Universidade Estadual do Ceará / Uece
barroso.araujo@aluno.uece.br

ENTRE O PROGRESSO E A EXCLUSÃO: Quarto de despejo e a experiência interseccional de Carolina Maria de Jesus nos “Anos Dourados”

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão crítica da década de 1950, os chamados “Anos Dourados”, a partir da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Por meio de seus diários, publicados num livro em 1960, a autora revela a dura realidade das favelas e os mecanismos de opressão interseccional de raça, gênero e classe. A análise evidencia que, enquanto a narrativa oficial consolidava uma visão idealizada de progresso e modernização, Carolina apresenta experiências de marginalização e resistência. O estudo conclui que *Quarto de Despejo* contribui para um revisionismo histórico crítico, permitindo a reavaliação dos conceitos e representações sobre os “anos dourados” e valorizando epistemes subalternizadas e perspectivas afrodiáspóricas.

Palavras-chave: “Anos Dourados”; *Quarto de Despejo*; Interseccionalidade.

Between Progress and Exclusion: The Slum Dweller's Room and the Intersectional Experience of Carolina Maria de Jesus in the "Golden Years"

ABSTRACT

This article offers a critical reflection on the 1950s, the so-called "Golden Years," based on Carolina Maria de Jesus' work "Quarto de Despejo". Through her diaries, published in 1960, the author reveals the harsh reality of life in the favelas and the intersecting oppressions of race, gender, and class. The analysis shows that while official narratives reinforced an idealized vision of progress and modernization, Carolina presents experiences of marginalization and resilience. The study concludes that Quarto de Despejo contributes to a critical historical revisionism, allowing a reevaluation of the concepts and representations of the "Golden Years" and highlighting subaltern epistemes and Afro-diasporic perspectives.

Keywords: "Golden Years"; Quarto de Despejo; Intersectionality.

Introdução

Publicado em 1960, *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (1914–1977), revela, a partir de uma escrita autobiográfica e fragmentada, um Brasil silenciado pelo discurso oficial. Esta obra, pelo seu valor literário, social e histórico, permite tensionar os discursos hegemônicos que consagraram o período JK como os “anos dourados”. Os cadernos-diários da escritora, que vieram a compor seu livro mais conhecido até então, estão compreendidos entre julho de 1955 a janeiro de 1960.

A década de 1950 no Brasil tem sido frequentemente retratada pela historiografia tradicional e pelos discursos oficiais como um período de otimismo e progresso, marcado pelo crescimento econômico e pela modernização do país. Tal visão consolidou a ideia dos “anos dourados”. No entanto, essa narrativa hegemônica silencia experiências vividas por parcelas marginalizadas da população, especialmente aquelas marcadas pela pobreza, pelo racismo e pelo sexismo. Diante disso, coloca-se a seguinte questão: de que maneira a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, desafia a idealização dos “anos dourados” ao revelar, por meio de uma perspectiva interseccional, as contradições sociais e estruturais do Brasil da década de 1950?

Nesse sentido, o artigo tem como objetivos: (1) analisar a obra *Quarto de Despejo* como documento que revela a realidade das favelas brasileiras na década de 1950; (2) investigar de que forma as categorias de classe, gênero e raça atravessam a narrativa de Carolina Maria de Jesus, promovendo uma abordagem interseccional de sua experiência e de sua escrita; e (3) contribuir para a revisão crítica da imagem dos chamados “anos dourados” no Brasil, confrontando a narrativa desenvolvimentista hegemônica com as vozes marginalizadas presentes na obra da autora.

O Brasil dos “Anos Dourados”: política, cultura e o projeto desenvolvimentista

No contexto do pós-guerra, a euforia política e econômica se somava à consolidação da Guerra Fria. O Brasil, alinhado ao bloco capitalista, experimentou “uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e social-democracia” (HOBESBAWM, 1995, p.265). O discurso do progresso e da

industrialização ganhou força, sendo acompanhado por uma intensa efervescência social que transformou o teatro, o cinema, a música e as artes plásticas. Eis uma orquestra cultural e seus maestros em cena.

A década de 1950 foi um período decisivo para o Brasil, marcado por uma atmosfera de otimismo e pela crença de que o país estava a caminho da modernidade. O discurso do progresso e da industrialização tomou conta do imaginário nacional, impulsionado por um Estado que se apresentava como mediador entre o capital estrangeiro e a burguesia nacional. Esse espírito de euforia econômica e cultural, simbolizado pelo futebol, pelo samba e pela Bossa Nova, coexistia com a instabilidade política herdada do getulismo e com a crescente presença das Forças Armadas como força moderadora da vida política.

O retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, representou a tentativa de conciliar desenvolvimento econômico e justiça social. Seu governo criou a Petrobras e o BNDE, consolidando a base de um projeto nacionalista de industrialização. Contudo, a oposição liberal, liderada pela UDN e pelo jornalista Carlos Lacerda, acusava Vargas de corrupção e populismo. A crise se culminou no suicídio do presidente em 1954, ato que, como observa Levine, “calou os críticos e solidificou para sempre a imagem de Vargas como protetor dos pobres, alguém que lutou até o fim” (LEVINE, 2001, p.131). A comoção nacional abriu espaço para novas lideranças, e em 1955 Juscelino Kubitschek foi eleito presidente, superando as tentativas de golpe que tentaram impedir sua posse. O general Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, garantiu a legalidade do processo eleitoral, episódio que revelou, mais uma vez, o papel central dos militares na política brasileira.

O episódio tem, no entanto, uma importância fundamental, na medida em que atualizou para a década de 1950 um componente estrutural decisivo da política brasileira: o poder militar. [...] No Brasil, desde a Guerra do Paraguai, o Exército, principalmente nos seus escalões mais altos, é um importante centro de ação e decisão política interna (MARANHÃO, 2004, p.268).

Maria Victória Benevides, em um denso estudo sobre o governo Kubitscheck destaca que a conciliação partidária com vistas ao programa desenvolvimentista foi um fator importante para o sucesso do governo JK, mas não somente. E considera de certo modo, ingênuas as análises que reforçam

apenas esse ponto de vista para justificar uma suposta estabilidade vivida no país entre 1956 e 1961. Vejamos o que a autora afirma:

[...] discordamos de uma explicação baseada num só fator - que consideramos, entretanto, muito importante – e sugerimos questionar a estabilidade em torno de três temas fundamentais: o papel dos partidos políticos (especificamente a aliança PSD/PTB); o papel das forças armadas (notadamente o exército, sob chefia do General Lott) e o papel do Executivo, através de sua política econômicoadministrativa [...] Tal imagem enfatiza os aspectos da manutenção das chamadas liberdades democráticas, de uma maneira muito próxima a uma visão - igualmente ‘ingênua’ – de paz social. Não pretendemos negar as liberdades democráticas então vigentes – muito pelo contrário, gostaríamos de reforçá-las – evidentes na ausência de presos políticos, imprensa livre, partidos, sindicatos e grupos de interesses funcionando, anistia aos rebeldes militares etc., mas sim negar essa visão “ingênua” como consistente para uma análise política do período. Essa imagem seria suficiente apenas ao nível de discussão apologética versus discussão detradora, mas não contribui para uma compreensão real dos fenômenos políticos (BENEVIDES, 1979, p. 26-27).

Essa estabilidade dependia, portanto, de uma aliança entre civis e militares, mais do que de uma base democrática consolidada.

A estabilidade do governo foi fruto de uma conjuntura especial, na qual as Forças Armadas e o Congresso atuaram de maneira convergente [...] garantindo o apoio ao governo, enfrentando a oposição ‘udenogolpista’ [...] e assegurando, sobretudo, a implementação da política desenvolvimentista de Kubitschek” (BENEVIDES, 1979, p.148).

A política de JK baseava-se no Plano de Metas, cujo lema “cinquenta anos em cinco” refletia a crença de que a industrialização seria a via para superar o atraso histórico. O Estado assumiu um papel ativo no planejamento econômico, mas sem romper com as estruturas de poder vigentes. Maranhão analisa essa ambiguidade ao afirmar que:

O Plano de Metas e o capital monopolista [...] constituem ações do Estado moldadas pelas suas peculiaridades [...] Mantendo uma autonomia relativa diante das forças sociais em conflito, o Estado redireciona a economia sem alterar essencialmente a correlação de forças entre as classes dominantes [...] permitindo ao governo usar como moeda de legitimação popular o próprio ‘desenvolvimentismo’ industrial” (MARANHÃO, 2004, p.264).

O apoio militar ao projeto de JK, longe de ser expressão de coesão nacional, também se explicava por interesses institucionais próprios:

O apoio à política econômica ‘desenvolvimentista’ de JK por parte dos militares pouco tem a ver com demandas da sociedade civil: diz respeito sobretudo às necessidades de modernização do equipamento militar, mais viáveis com o desenvolvimento industrial (MARANHÃO, 2004, p.272).

Enquanto o país experimentava um crescimento acelerado, a cultura refletia e amplificava o clima de modernização:

A Bossa Nova era a trilha sonora que nos faltava, que nos diferenciaria dos “quadrados” e dos antigos, dos românticos e melodramáticos, dos grandiloquentes e dos primitivos, dos nacionalistas e regionalistas, dos americanos. Tínhamos uma música que imaginávamos só para nós. João Gilberto era nosso pastor e nada nos faltaria (MOTTA, 2000, p. 10).

Diante o exposto, é possível concluir que a partir das dissonâncias do subdesenvolvimento, a sociedade brasileira foi capaz de produzir e reproduzir-se. Entre notas, ora afinadas, ora dissonantes, a década de 1950 compôs acordes que refletiam sua própria realidade. Inspirada em influências externas, a cultura brasileira reinterpretou referências e rejeitou outras, criando novos sentidos e formas de expressão. Nesse ambiente fértil, o teatro, o cinema e a música se tornaram campos de ousadas experimentações, dando origem à grande “orquestra cultural” que marcou o período.

Enquanto a orquestra tocava, Carolina Maria de Jesus ensaiava sua solitária sinfonia dos bastidores do quarto de despejo. No entanto, os “holofotes” não chegavam até a favela de Canindé, e sem isso o “show” não poderia começar. Quem “ganhou palco” e recebeu toda visibilidade em meio ao cenário de efervescência foi Juscelino Kubitscheck, entrando para a história como o Presidente Bossa Nova. A inauguração de Brasília em 1960 era o cenário que faltava para o último ato de JK, marcando de vez sua passagem pelos palcos da grande ópera que foi a década de 1950.

Contextualizando Carolina Maria de Jesus

Como contribuição para a construção de um repertório acadêmico que venha valorizar o ecoar de narrativas silenciadas, apresento neste tópico a

importância da produção de Carolina Maria de Jesus e como a autora e sua obra estão situados atualmente.

Os holofotes a revelaram a partir do lançamento do seu primeiro livro publicado em 1960, “Quarto de despejo” e desde então: “O tempo operou profundas mudanças na vida de Carolina, a partir do momento em que seus escritos - registros do dia a dia angustiante de miséria - foram impressos em letra de forma, num livro que correu o mundo, lido, discutido e admirado em 13 idiomas” (DANTAS, 2014, p.7).

O contato com a educação formal ocorreu em 1921 e concluiu somente dois anos, cursando, a primeira e a segunda série do primário, pois fora enviada à escola para atender um capricho assistencialista da patroa de sua mãe:

O que eu admirava é que dona Maria Leite não auxiliava os brancos, só os pretos, e nos dizia: - Eu sou francesa. Não tenho culpa da odisseia de vocês; mas eu sou muito rica, auxilio vocês porque tenho dó. Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam: se vão ser tipo sociáveis e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatara a retidão. Para nos envaidecer ela dizia: - Eu gosto dos pretos. Eu queria ser preta e ter o nariz bem chato (JESUS, 1986, p. 123).

O discurso de Dona Maria Leite, destacado acima, coaduna com o que hoje o Movimento Negro Brasileiro convencionou chamar de “síndrome da princesa Isabel” para se referir a pessoas brancas com pretensões salvacionistas em relação aos negros, porém esvaziadas de sentido político e letramento racial, esse tipo de comportamento acaba reproduzindo de forma sutil e por vezes escancarada práticas racistas.

Mas é importante destacar até aqui que apesar do pouco tempo na escola, num contexto de Primeira República em que uma pequena parcela da população acessava tal benefício, Carolina foi alfabetizada e isso é um dado que já a coloca como um caso de excepcionalidade.

Em 1958, o jovem jornalista Audálio Dantas esteve em Canindé, favela onde a autora residiu, para uma cobertura jornalística, quando conheceu Carolina. A relação entre os dois garantiu inicialmente algumas publicações de textos avulsos no jornal “A Folha da Noite”. Audálio se tornou agente e mentor da autora, trabalhando na edição de seu diário, por cerca de um ano. Com uma certa dificuldade no mercado editorial, conseguiu fechar negócio com a livraria e

editora Francisco Alves. A primeira publicação levou multidões às livrarias de São Paulo nos primeiros dias do mês de agosto de 1960. Carolina chegou a autografar 600 cópias, recebendo visitas de figuras públicas como jornalistas e escritores.

A respeito das questões financeiras, não ficou rica, mas conseguiu o suficiente para sair da condição de miséria. Mesmo assim, voltou a ter uma vida bem simples junto de seus filhos. E, em 1977, aos 62 anos de idade e em decorrência de uma insuficiência respiratória, Carolina Maria de Jesus morreu pobre e parcialmente anônima em seu próprio país.

Parte documental do que temos sobre a vida de Carolina Maria de Jesus, surgiu inicialmente dos esforços de Robert Levine e J. C. Meihy, na obra “Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus” publicada em 1994. Baseando-se na abordagem e metodologia da história oral, no qual empreenderam uma série de entrevistas com os filhos da escritora, os amigos e o jornalista Audálio Dantas (MEIHY E LEVINE, 2015). Além de produções acadêmicas recentes que utilizam as obras da autora como objeto de análise e biografias atualizadas. Desse modo, a breve contextualização sobre a trajetória de Carolina, nos situa para uma análise interseccional de “Quarto de Despejo” e como a referida obra se apresenta como recurso documental para uma revisão historiográfica do Brasil no contexto dos “anos dourados”.

Carolina nos convida a conhecer seu quarto

Analizando “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, é possível trabalhar com várias camadas interpretativas, tendo como ponto de partida a escrita autobiográfica. A obra nasce de uma compilação de vários diários manuscritos, organizados e publicados posteriormente por um editor, com autorização da própria autora.

Os diários extrapolam o espaço privado e nesse sentido, ao discorrer sobre sua existência, os indivíduos referem-se a elementos que encadeiam a percepção do que é vivido no campo do pessoal quando falam de suas questões mais particulares, mas que acabam ultrapassando o íntimo e ocupando a esfera do público. “Essas problemáticas, que por certo transcendem o aspecto meramente individual, configuram oportunidades privilegiadas para

compreensão de práticas sociais, conflitos, tensões, revelando outra dimensão do político" (LUCA, 2003, p.133).

O discurso da autora-protagonista, uma mulher negra, periférica que narra a sua história em primeira pessoa e nos traz dados importantes sobre o cotidiano de grande parcela da população brasileira alocada de forma precarizada nos grandes centros urbanos. Problemas estes resultantes de processos migratórios, êxodo rural e favelização. Vejamos uma passagem que nos situa sobre o título do livro:

[...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim [sic]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014, p. 37)

O cenário descrito por Carolina Maria de Jesus contrasta fortemente com o discurso oficial de prosperidade que marcava o Brasil na segunda metade da década de 1950, período em que o país se apresentava como uma nação em pleno desenvolvimento econômico e cultural. Sob o governo de Juscelino Kubitschek, o projeto desenvolvimentista¹ consolidou-se como eixo das políticas públicas, promovendo a ideia de modernização e progresso nacional. No entanto, a realidade retratada nas páginas de *Quarto de Despejo* evidencia as contradições desse modelo, revelando a persistência da miséria e da exclusão social. Tal tensão também pode ser compreendida à luz das práticas populistas que caracterizaram a política brasileira do período, nas quais a aproximação simbólica entre líderes e massas populares não implicava, necessariamente, transformações estruturais.

Nesse sentido, conforme observa Jorge Ferreira (2002), o populismo deve ser entendido como um fenômeno complexo, que articulava carisma pessoal, discurso nacionalista e estratégias de controle social, evidenciando as ambiguidades da democracia brasileira naquele contexto histórico.

¹ JK transformou o desenvolvimentismo numa fonte de otimismo social e legitimação política. Este, por sua vez, pode ser definido como uma política econômica que combinava três atores principais: o Estado, a empresa privada e o capital estrangeiro, na promoção do desenvolvimento voltado à industrialização. No intuito de tornar o Brasil um país industrializado, o presidente adotou uma postura declaradamente favorável à entrada de capitais estrangeiros, concedendo-lhes estímulos e facilidades, oportunizando investimentos nos setores produtivos e atraiendo empresas de caráter multinacional (BOJUNGA, 2010).

Assim, a autora descreveu: “Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (JESUS, 2014, p 44).

No que se refere ao contexto de publicação e à recepção da obra, é necessário situá-la no cenário político e social do início da década de 1960. O Brasil vivia um período marcado por intensas discussões em torno de projetos reformistas, impulsionados pelo governo de João Goulart, 24º presidente da República. As chamadas Reformas de Base, que abrangiam os setores educacional, fiscal, político, urbano e agrário, expressavam o desejo de transformação estrutural e de ampliação da participação popular. Nesse ambiente de efervescência política e de mobilização social, a figura de Carolina Maria de Jesus emerge como representação simbólica das camadas subalternizadas. Seus escritos, de caráter denunciatório, dialogam com o espírito reformista da época, revelando as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que pregava mudanças, mantinha profundas desigualdades sociais e raciais.

Outro fator é que naquela época houve expansão da indústria cultural, com o crescimento do número de repórteres e cronistas que enveredaram pelo jornalismo investigativo, o que serviu para trazer à tona algumas histórias, a exemplo da Carolina (MEIHY E LEVINE, 2015). Vale destacar o fato que ainda nos anos de 1940, a autora independentemente da tutela de jornalistas, já buscava divulgar seus textos².

Há uma complexidade na escrita caroliniana no que diz respeito à construção de seus argumentos, ora tão coerentes, ora contraditórios. O fato é que de dentro do quarto de despejo são despejados muitos pensamentos hostis. A subjetividade da escritora desponta de forma injuriosa e nos revela falas polêmicas principalmente quando colocamos a obra em perspectiva interseccional. Chega a ser um tanto incômodo a maneira como as mulheres,

² Publicado pela primeira vez no jornal “Folha da Manhã”, no dia 25 de fevereiro de 1940, o poema “O colono e o Fazendeiro”, escrito no ano de 1939, foi um grito de protesto. Esse detalhe é importante, pois aponta que muito antes do estrelismo com o lançamento de “Quarto de Despejo” em 1960, a escritora já buscava reconhecimento público e ousava suas primeiras publicações. Além disso o poema nos traz um recorte da conjuntura socioeconômica da época. Trata-se de um Brasil pós abolição, agrário, em que uma elite rural subtraía a humanidade de seus trabalhadores nas mais exaustivas e desonestas condições de trabalho.

pessoas negras, os próprios moradores da favela, além dos nortistas e nordestinos são retratadas. Racismo, sexismo, xenofobia, preconceito com favelados permeiam os diários de Carolina.

Da relação com a vizinhança, suas falas evidenciam preconceitos de várias ordens: “Fui visitar o filho recém-nascido de D. Maria Puerta, uma espanhola de primeira. A joia da favela. É o ouro no meio do chumbo” (JESUS, 2014, p. 27). Vemos em seguida como o favelado é colocado de forma rebaixada: “Tudo que é obseno[sic] e pornográfico o favelado aprende com rapidez” (JESUS, 2014, p. 45). Importante pontuar que a população residente nas favelas é atravessada por marcadores de raça e classe. Carolina, também carrega essas marcas, porém, se coloca de certo modo, superior perante seus pares.

Em “Pele Negra, Máscaras Brancas” publicado inicialmente em 1952, Franz Fanon fez um aprofundado estudo sobre os graves efeitos do colonialismo na subjetividade dos indivíduos negros. Num denso trabalho articulando filosofia, sociologia, psicologia, psicanálise e antropologia, o autor nos mobiliza a um desconforto necessário e nos possibilita refletir numa perspectiva pós colonial os dilemas da sociedade contemporânea³.

Para Fanon, o colonialismo representa uma alienação da humanidade, não apenas porque reduz ideologicamente o negro à animalidade, mas, sobretudo, porque reduz à universalidade humano-genérica a apenas uma das suas dimensões particulares (branca, ocidental, europeia), castrando, (inclusive o branco) a possibilidade de um olhar mais rico acerca de si. Essa racialização não se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas se reconfigurou também como eixo estruturante da própria modernidade e das imagens que a modernidade criou acerca de si” (FAUSTINO, 2017, p.128)

Frantz Fanon, médico psiquiatra, foi também um grande conhecedor do materialismo histórico e crítico do colonialismo. Na busca em interpretar como comportamentos fóbicos entre os negros partem de dentro dos territórios coloniais, pelos próprios colonizados, mobilizou conceitos da psicanálise, nos levando a refletir sobre aspectos da mente humana discutidos por grandes estudiosos da área como Freud, Lacan, Jung, entre outros. A partir de uma análise concreta da realidade entende-se que o fenômeno é resultante dos vários

³ Sugestão de leitura do posfácio de Deivison Faustino In: FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu, 2020.

eventos traumáticos causados pela lógica colonial. Não podendo ser reduzido ou determinado pelo viés da sexualidade ou manifestações inconscientes de uma dada ancestralidade. Assim, o autor descreve a seguinte situação:

Nas Antilhas, o jovem negro, que na escola repete incessantemente “nossos pais, os gauleses”, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, ou seja, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco [...] intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Mas ele é um negro. Isso ele perceberá ao chegar à Europa (FANON, 2020 p.163)

Ao trazer essa perspectiva analítica para a realidade brasileira, tendo em vista nossa formação colonial, bem como seus reflexos na construção da mentalidade social, é possível compreender de onde parte as contestáveis falas de Carolina. Sua linha de pensamento foi costurada de forma dolorosa num rígido tecido brancocêntrico. Há uma imposição cultural que acessa o inconsciente do colonizado, levando-o a reproduzir aproximações comportamentais com europeu. “[...] digamos que o negro vive uma ambiguidade que é excepcionalmente neurótica” (FANON, 2020, p.203).

A questão posta diante dessa discussão é: como falar de forma saudável de uma identidade negra forjada ao longo de séculos de desumanização? É sintomático que o sujeito negro seja atravessado por vários complexos de inferioridade, por vezes disfarçados de superioridade na tentativa de aprovações perante o olhar do outro. Buscam incansavelmente provar suas capacidades intelectuais, pois já lhes fora determinado biologicamente a força física, a sexualidade, a virilidade, a impulsividade. O povo negro é um povo adoecido psicologicamente⁴ (FANON, 2020).

Assim, quando Carolina é acusada pelos seus vizinhos, pelo seu editor Audálio Dantas e inclusive pelos seus leitores de ser uma mulher com temperamento difícil, soberba e vaidosa quanto as suas capacidades no campo das letras, percebemos que há na escritora um movimento de se auto afirmar, fazer-se vista e reconhecida. Como sempre esteve numa posição de inferioridade, ela tenta reagir a isso por meio de uma postura mais alta.

⁴ Consultar capítulo 6: O negro e a psicopatologia. FANON, Frantz.

Sobre os grupos migrantes oriundos do Norte e Nordeste, a escritora também apresenta uma visão bastante estereotipada. Conforme afirmou: “Depois que a favela superlotou-se de nortistas tem mais intriga. Mais polêmica e mais distrações [...] Se no Norte eles for assim, o Norte deve ser horroroso.” (JESUS, 2014, p. 75-76). Numa discussão com um dos vizinhos, enquanto as ameaças eram trocadas, a autora diz: “[...] estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir” (JESUS, 2014, p.82).

Aqui, o nordestino é visto como agressivo e ameaçador. Compreende-se que o olhar da autora parte de uma ideia construída, uma representação social em torno do grupo de pessoas, que assim como ela mesma, vai em busca de uma nova vida nas grandes capitais. E se analisarmos os aspectos geográficos, apesar de falar de dentro da favela, a escritora está situada numa grande metrópole do Sudeste do país. Nesse sentido, os nortistas e nordestinos são colocados na condição de povos de “segunda categoria”, logo inferiores em relação aos moradores de Canindé. Porém, a autora tem esta realidade confrontada quando se desloca até a “sala de visitas⁵” onde é recebida com o mesmo olhar de hostilidade.

Retomo a análise de Fanon para exemplificar a discussão: “Intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Mas ele é um negro. Isso ele perceberá ao chegar à Europa, e quando falarem de negros, ele saberá que se trata dele tanto quanto do senegalês” (FANON, 2020, p. 163). Aplicando o estudo desse caso na realidade dos moradores de Canindé, onde sudestinos⁶ e nordestinos/nortistas protagonizam e antagonizam dramas da vida real, conseguimos observar como os mecanismos de opressão se manifestam no imaginário do sujeito que opõe e é oprimido.

Carolina não tinha o objetivo de produzir uma obra militante e essa nem era uma questão para ela. Em parte do seu discurso é possível identificar muitas falas que reforçam as opressões de raça, gênero e classe social das quais a

⁵ Como a escritora se refere às áreas nobres da cidade.

⁶ Uma espécie de adjetivo gentílico popularmente utilizado para se referir aos moradores da região Sudeste do Brasil. Destaco que o termo possui uma conotação no vocabulário popular e busca fazer um contraponto a respeito da visão estereotipada construída em torno da figura dos moradores da região Norte e Nordeste. O nordestino é “o outro”. Enquanto as grandes metrópoles, são a “regra”, não carregam uma identidade. Ora, se existe o nordestino, há também de existir o sudestino. Mas o uso do termo em questão se deu pela falta de um adjetivo semelhante. E apesar de residir em São Paulo, Carolina tem origem Mineira.

mesma era vítima. Analisar “Quarto de Despejo” numa perspectiva interseccional, implica inclusive em observar este fenômeno de modo a compreender que o sujeito que sofre a violência não está isento de reproduzi-la. O próximo tópico ampliará a discussão sobre o intercruzamento das opressões que pavimentam a narrativa da obra.

Intercruzando entendimentos

A problemática da falta de moradia, de comida, dificuldades para conseguir um emprego formal não se dá apenas pela escassez das questões materiais e da insuficiente distribuição de renda no país. Carolina nasceu numa família pobre, fato. Mas também, numa família que sofreu a marca da escravidão. E, se ainda hoje a população oriunda de processos afro diaspóricos enfrenta dificuldades para se estruturar economicamente, a depender de políticas públicas com fins de reparação histórica, imaginemos a realidade de uma pessoa negra em meados do século XX. Além disso, sendo mulher e mãe, novas camadas de opressão se estabelecem.

É a partir dessa compreensão que optamos por analisar “Quarto de Despejo” com a lente da interseccionalidade. O conceito foi pensado por feministas negras cujas as experiências e pautas reivindicatórias eram inobservadas tanto pelo feminismo hegemônico que pensou inicialmente a categoria mulher de forma homogênea, quanto pelo movimento antirracista, com foco nos homens negros. O termo interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez pela Jurista norte americana Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980 e se disseminou como conceito da teoria crítica da raça, compreendido como:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2021, p. 19)

Desse modo, o discurso de Carolina em “Quarto de Despejo” pode ser interpretado como um ato de resistência, na medida em que a autora rompe com uma das várias marcas de opressão impostas às mulheres negras, o silêncio. Grada Kilomba traduz bem esse sentimento quando nos contempla com o seguinte aforismo:

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político [...] enquanto escrevo, eu me torno a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (KILOMBA 2019, p. 28).

A fala em sua forma de registro escrito, foi um dos meios utilizados por Carolina Maria de Jesus para se afirmar enquanto sujeito no mundo. O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta. Ouvir é, nesse caso, o ato de autorização em direção ao falante. Assim, alguém pode falar somente quando sua voz é ouvida. “Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que pertencem” (KILOMBA, 2019. p.42). Além disso, “Quarto de Despejo” também rompe com o elitismo presente no universo letrado, quando disputa espaço entre os cânones da literatura brasileira e no mercado editorial.

Mas não podemos esquecer que apesar de romper silêncios e ocupar espaços em vistas a sua posição de sujeito no mundo, Carolina falava de um lugar, a favela. O espaço geográfico é um importante marcador da negligência social presente na narrativa da autora. As favelas no Brasil são grandes conglomerados de pobreza e se constituem num contexto de extrema vulnerabilidade da população negra no período pós abolição. O Estado brasileiro não garantiu a materialidade da vida dos ex escravizados. Sobre a condição do negro e a falta de recursos para atuar na sociedade:

[...] a escravidão não preparou o seu agente humano para tornar-se um trabalhador livre, nem mesmo como trabalhador não especializado ou semiespecializado. Por trás da estrutura social da ordem social escravocrata e senhorial, “o escravo” e “o negro” eram dois elementos paralelos. Eliminado o “escravo” pela mudança social, “o negro” se converteu num resíduo racial (PRADO JR., 1952, p. 341).

Escrevendo do quarto de despejo, o discurso de Carolina Maria de Jesus ilustra bem o argumento de Caio Prado, bem como o próprio subtítulo do livro já nos aponta o problema. Eis o “diário de uma favelada” “[...] Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar, hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue [sic] as favelas” (JESUS, 2014, p. 20).

Pelas lentes da interseccionalidade é possível perceber onde começa o racismo e termina a discriminação geográfica e como essa dinâmica reproduz ciclos históricos de violências para determinados grupos sociais. Passamos a ter uma melhor compreensão das divisões territoriais a partir de uma análise que leve em consideração as vias relacionais que envolvem grupos étnicos e fatores econômicos. Nesse caso, a realidade da comunidade de Canindé é resultante dessa dinâmica que perpassa de forma aguda a vida da autora. Assim, conclui: “A favela é o quarto de despejo e as autoridades ignoram o que tem no quarto de despejo” (JESUS, 2014, p. 107).

O pano de fundo da obra localiza Carolina na posição precária de uma catadora de papel nas ruas de São Paulo. A raça é um fator que intercruzado com a dimensão de classe e gênero torna o processo de opressão ainda mais acentuado. A objetificação e desqualificação dos corpos negros, em especial das mulheres, as coloca em postos de trabalho considerados como os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, e os empregos domésticos. As dificuldades impostas às mulheres negras, em modelos de exclusão e rejeição social as fazem configurar o “matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2011, p. 127). E nesse sentido, o ofício desempenhado por Carolina é ilustrativo para abordarmos esse problema.

O preconceito racial, também, se expressa em relação a imagem da autora, pois sendo uma mulher fenotipicamente negra, o marcador de raça foi certamente um impeditivo para a sua ascensão na carreira de escritora:

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado [sic] do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnação [sic], eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2014, p.64).

No relato a autora tem sua oferta rejeitada por causa do racismo. O que se estabelece é uma dinâmica bastante comum nas relações raciais no Brasil, onde ainda vigora a ideia da suposta incapacidade das pessoas negras na realização de trabalhos intelectuais. Carolina Maria de Jesus enfrentou opressões interseccionais por ser mulher e negra em uma sociedade racista e machista. Essas limitações não decorriam de sua identidade, mas de estruturas

sociais que restringiam suas oportunidades e deslegitimavam seus feitos, evidenciando o caráter estrutural e institucional das desigualdades que enfrentava.

O interessante é que na contramão da atitude racista do seu interlocutor, Carolina busca afirmar-se em sua identidade negra ao validar seus aspectos físicos. O argumento da autora se mostra como uma forma de resistência, ao mesmo passo que nega as estruturas racistas quando afirma desejar voltar reencarnada com seus traços negros. Sobre os efeitos desse episódio na vida da autora, Neusa Santos destaca:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 18).

A condição da maternidade é outro ponto que merece uma atenção em nossos estudos. Analisemos o excerto a seguir: “Aproveitei minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão” (JESUS, 2014, p.12). Numa perspectiva interseccional, o fato de a autora se desprender das suas atividades intelectuais para prover a manutenção dos filhos é um exemplo de como a maternidade sem uma boa rede de apoio, limita as potencialidades de uma mulher. Se “Quarto de Despejo” fosse narrado por um homem, passagens como essas talvez, não fizessem parte do enredo de forma tão latente ou mesmo nem existissem. Isso aponta para o fato de que mulheres, sobretudo pretas e pardas, ainda hoje estejam em desvantagem no que tange à profissionalização e inserção no mercado de trabalho⁷.

⁷ De acordo com dados do IBGE, entre as mulheres, segundo sua cor ou raça: 23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino; Sobre as atividades domiciliares, em 2019, a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 16,8 horas semanais aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, sendo 21,4 horas semanais para as mulheres e de 11,0 horas para os homens. De 2016 para 2019, essa diferença entre as médias masculina e feminina aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais; As taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (91,5%), pretas (94,1%) ou pardas (92,3%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,4%, 80,9% e 76,5%, respectivamente). Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-emmedia-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a->

É importante considerar que o dispêndio de horas dedicadas aos tais cuidados do lar, nada mais é do que um tempo de serviço não pago. E aquilo que chamam de amor, é trabalho não remunerado (FEDERICI, 2019). Silvia Federici analisa a categoria “trabalho doméstico” de um modo que nos leva a refletir sobre como o sistema capitalista mascara e se sustenta de um dos modos de trabalho mais invisíveis da história. Segundo a autora:

Não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. É verdade que, sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado [...] A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não tem sido só imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração (FEDERICI, 2019, p. 43).

Nessa perspectiva, o trabalho doméstico sendo um trabalho de reprodução da classe trabalhadora deve ser considerado tão ou mais importante que o trabalho desenvolvido nas linhas de produção e afins. São essas mulheres que produzem diariamente os meios possíveis para que os trabalhadores e até mesmo as futuras forças de trabalho, que são seus filhos, maridos e parentes, estejam devidamente alimentados, com fardamentos limpos, lancheiras prontas e relaxados para seus postos de trabalho no dia seguinte. Inclui-se nesse pacote o suporte emocional e sexual. Como bem resume Angela Davis: “Os papéis das mulheres na procriação, criação da prole e manutenção da casa possibilitam que os membros da sua família trabalhem - trocando sua força de trabalho por salários” (DAVIS, 2016, p. 235)

Ainda se tratando da esfera público/privada, em vários trechos do livro, o tema da violência doméstica vem à tona. Destaco esta passagem em que a autora demonstra ser algo rotineiro: “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças

mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-aocuidado-de-pessoas. Acesso em 12 set. 2024.

presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente" (JESUS, 2014, p. 14).

Eis um grave problema social que atinge mulheres de todas as classes econômicas. No entanto, a situação é ainda mais alarmante na vida daquelas de baixa renda, submetidas a situações degradantes que as impedem muitas vezes de abrir denúncias ou mesmo renunciar a condição matrimonial, já que dependem financeiramente do agressor. Sem uma rede de apoio para acolhê-las junto aos filhos, ficam reféns das tragédias de um relacionamento abusivo. Vejamos o que a autora ainda, nos apresenta sobre esse assunto:

[...] A minha porta atualmente é theatro. Todas crianças jogam pedra, mas os meus filhos são os bodes expiatórios. Elas alude que eu não sou casada . Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por ações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. E enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam a vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis". (JESUS, 2014, p. 16-17)

Outro ponto que a autora nos deixa apreender numa leitura investigativa é a respeito da sua vida afetiva. O fato é que a escritora não nos apresenta um comportamento celibatário, como também não oculta no texto seus encontros íntimos. É o que vemos no trecho: "Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até 11 horas, um certo alguém. Ele não veio" (JESUS, 2014, p.11). Essa é uma questão que merece uma abordagem interseccional na medida em que notamos que por mais emancipatório seja o discurso da escritora sobre estar bem resolvida em relação a sua condição matrimonial, saímos do particular para o geral ao evidenciar que estudos mais recentes sobre gênero e os debates do feminismo negro que tratam sobre afetividade, nos trazem uma análise pertinente:

A mulher negra e mestiça estariam fora do "mercado afetivo" e naturalizada no "mercado do sexo", da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e escravizado; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes "à cultura do afetivo" do casamento, da união estável (PACHECO, 2013. p. 25).

Nesse sentido, há uma representação social baseada na raça e no gênero que reflete em como essas mulheres são escolhidas para laços afetivos. “Enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição da família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexism” (PACHECO, 2013. p. 27).

Outro assunto a ser ampliado pelas lentes da Sociologia, trata de uma questão bastante sensível. A autora sinaliza o interesse de internar seu filho João no juizado de menores quando surgiram rumores de que o garoto havia assediado sexualmente a filha de um dos vizinhos. Mas, a decisão muda após uma conversa com dois garotos que haviam fugido do lugar. O diálogo expõe as atrocidades cometidas aos internos. Muito do que hoje ainda ocorre no sistema penitenciário e que se estende aos centros socioeducativos. Vejamos o fragmento:

Os meus filhos ficaram horrorizados com a narração dos fugitivos. Penso: porque será que os meninos que fogem do juizado vem difamando a organização? Percebi que no juizado as crianças degradam a moral. Os juizes não tem capacidade para formar o caráter das crianças. O que é que lhes falta? interesse pelos infelizes ou verba do Estado? (JESUS, 2014, p. 88)

Essa é uma grave questão que a escritora evidencia em seu texto, denunciando a falta de comprometimento do Estado para com as crianças e adolescentes, bem como a população carcerária de um modo geral.

A presente discussão abre espaço para um debate delicado que assola milhares de mães, esposas e parentes que se fazem presentes junto ao sistema penitenciário brasileiro. Carolina em seu desabafo no ano de 1958, abre margem para refletirmos sobre um problema que em 2023 continua latente. As mulheres que acessam as casas de custódia, aquelas que resistem fora dos muros prisionais oferecendo suporte e acolhimento aos seus companheiros, filhos e parentes privados de liberdade. São atribuídas a cuidar sob diversas adversidades. Seja buscando assistência jurídica, seja denunciando os abusos que ocorrem dentro desses espaços ou mesmo na condição de sustentáculo afetivo. Mas e quem cuida dessas mulheres? Quem as apoia em meio a tantas violências explícitas e implícitas? São muitos os preconceitos e situações

degradantes destinadas a estas⁸. Será que Carolina ao absolver seu filho, não absolveu a si mesma?

A mesma justifica a pena dada ao filho do ambiente domiciliar: “[...] O dia está triste igual a minha alma. Deixei o João fechado estudando. Disse-lhe que o homem que erra está vacinado na opinião pública” (JESUS, 2014, p. 89). O homem em questão tinha 11 anos de idade. A história continua e o garoto e a mãe são chamados para depor numa delegacia. Contrariada, expõe a condição desconcertante pela qual as crianças foram submetidas. No relato a seguir temos uma denúncia sobre a falta de tato no interrogatório:

A funcionária que interrogava parou de escrever e leu uns papéis . (...) Ela prosseguiu o seu interrogatório. Usava o calão com o menino. E as perguntas obscenas [sic], querendo que o menino descrevesse e relatassem os prazeres sexuais. Achei o interrogatório horroroso. A Vera e o José ficaram perto para ouvir o que a mulher dizia. Quando a funcionária falava eu tinha a impressão que estava na favela (JESUS, p.123, 2014).

Abrimos um parêntese na discussão para falarmos da adultização de crianças negras. Se levarmos em consideração as relações raciais e de gênero, os impactos são ainda mais preocupantes. Nesse aspecto, podemos afirmar que a adultização de jovens e crianças negras está diretamente relacionada ao racismo que alicerça as instituições e consequentemente as relações. Isto é, o racismo institucional tem conduzido à práticas profissionais racistas e relações sociais discriminatórias e preconceituosas (BENTO, 2022).

Um estudo realizado pela Georgetown Law Center on Poverty and Inequality, publicou no relatório Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls’ Childhood um demonstrativo no qual os adultos consideram meninas negras menos inocentes e mais adultas do que as meninas brancas. Concluiu-se que crianças e adolescentes negros estão mais expostos ao julgamento preconceituoso e todas as suas consequências (EPSTEIN, et al. 2017).

Relacionando os resultados do referido estudo com o episódio descrito pela autora, percebe-se que as instituições têm reforçado os estereótipos

⁸ BRASILIENSE, Correio. Conheça a dura rotina de mulheres, mães e filhas que têm parentes presos. 2019. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-eformacao/2020/04/26/interna-trabalhoeformacao-2019,848505/sobrecarga-atinge-mulheres-durante-aquarentena-deixando-as-por-um-fio.shtml>. Acesso em 12 set 2024.

racistas, sexistas e classistas em sua estrutura. Diante disso, os lugares onde deveriam ser oferecidas possibilidades de cuidado, atendimento sensível e humanizado estão produzindo e reproduzindo violências contra seus usuários/as.

O racismo se define como um conjunto de decisões e políticas que consideram a raça com o propósito de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo, destaca-se que tal prática não se restringe a comportamentos individuais. E determinados atos evidentes de indivíduos, que causam morte, injúria ou a destruição violenta de propriedades são identificados com mais facilidade. Já o racismo institucional é menos evidente, podendo ocorrer de forma dissimulada e recebendo muito menos condenação pública que o primeiro caso, porém, não menos destrutivo.

O conceito de racismo institucional surgiu nos Estados Unidos na década de 1960, formulado pelos ativistas e cientistas políticos Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, na obra *Black Power: The Politics of Liberation in America* (1967). Os autores introduzem o termo para diferenciar o racismo interpessoal, ligado a atitudes e comportamentos individuais do racismo institucional (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967).

No Brasil, a noção ganhou força após a III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), quando o Estado passou a reconhecer que o racismo ultrapassa atitudes pessoais e se manifesta de forma estrutural e institucionalizada.

Esse entendimento foi consolidado em políticas públicas, como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, aprovado pelo Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009 (BRASIL, 2009).

Para melhor ilustrar como as faces do racismo se projetam na sociedade, utilizaremos o próprio enredo de “Quarto de Despejo”. Numa situação na qual uma casa onde reside uma família negra é queimada propositalmente por alguém, temos um caso de racismo individual. O ato será facilmente condenado pelas pessoas e o caso receberá solidariedade. Mas é o racismo institucional que mantém a população negra presa nos subúrbios, sujeita a várias vulnerabilidades.

Outra situação extraída em “Quarto de Despejo” mostra como as forças policiais são efetivas na reprodução do racismo.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo o jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime de chibata? (JESUS, p. 108, 2014).

Carolina problematiza uma importante questão no que se refere ao aparato colonial. E como afirma Jessé Souza: “No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão [...] Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUZA, 2017, p. 40).

O racismo estrutural é pavimento onde outras avenidas identitárias se intercruzam. E através da representação da realidade analisada no estudo da obra “Quarto de Despejo”, identificamos a interconexão das categorias analíticas: gênero, raça e classe como um condicionante para a desigualdade estrutural e, consequentemente, para a discriminação.

É necessário dimensionar a interação/combinação dessas categorias como experiências moldadas sobre uma série de significados que foram produzidos ao longo de um período (CRENSHAW 2002). Portanto, analisar “Quarto de Despejo” numa perspectiva interseccional, nos permite uma interpretação mais honesta sobre o contexto brasileiro entre os anos de 1955-1960. Pois o mesmo país que experimenta em seus “anos dourados” o progresso desenvolvimentista, é o mesmo país que vilipendia corpos em quartos de despejos.

Considerações finais

A primeira conclusão obtida a partir dessa discussão foi a de que Carolina Maria de Jesus não é nosso objeto de estudo, mas sim, fonte de inspiração-investigação. Com isto, busco comunicar uma ideia de horizontalidade epistêmica entre sujeitos.

A pesquisa, também, contribuiu para apresentar a trajetória da autora, de modo a analisarmos a riqueza da sua capacidade criativa na produção de “Quarto de Despejo”. Carolina ousava desde muito cedo no seu empreendimento

artístico. Lembremos que ela surpreendeu as estatísticas do analfabetismo de sua época e desde então nunca mais parou. “Quarto de Despejo”, uma escrita autobiográfica, “fotografia do seu tempo”. Reitero que retratos não correspondem exatamente ao real. Apesar da obra tratar da crua realidade de uma favelada que representa milhares de favelados, o que temos acesso é apenas uma representação de um dado contexto brasileiro. A partir de uma leitura sensível e atenta, nos foi possível tecer uma reinterpretação da época, levando com conta determinantes sociais que na historiografia hegemônica sobre o período em questão, os “anos dourados”, não foram devidamente ampliados pelas lentes historiográficas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.872**, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 5 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956 - 1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRASILIENSE, Correio. **Conheça a dura rotina de mulheres, mães e filhas que têm parentes presos**. 2019. Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/29/interna_ci_dadesdf,792226/conheca-a-dura-rotina-de-mulheres-maes-e-filhas-que-tem-parentes-pres.shtml. Acesso em: 12 set. 2024.

CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. **Black Power: The Politics of Liberation in America**. New York: Vintage Books, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução de Liane Schneider. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan/jun, 2002.

DANTAS, Audálio. Prefácio: a atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10^a ed. São Paulo: Ática, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Trad. Heci Regina Candiani.

EPSTEIN, Rebecca and BLAKE, Jamilia and GONZÁLEZ, Thalia. Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood. **Electronic Journal**. Washington, June, 2017. 10.2139/ssrn.3000695. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3000695> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3000695>. Acesso em: 12 set. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil**. Curitiba: Ed. Appris, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. Trad. coletivo Sycorax.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

JESUS. Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10^a. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. (J. Oliveira, Trad.) Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. Relatos autobiográficos: possibilidades e perspectivas. In: MALATIAN, Teresa et al. (org.) **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: Unesp, 2003. p. 133-154

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil. In FAUTO, Boris (Dir.) **História Geral Da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano – sociedade e política (19301964) 3^a ed. Rio de Janeiro. Bertrand, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org). **Antologia pessoal**: Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e LEVINE, R M. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. 2^a ed. Sacramento: Bertolucci, 2015.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Martins.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017

SOUZA, Neusa. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Rafaela Barroso Araújo

Possui Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará - (PPGHCE) (2024). Especialização em Gestão Escolar - UECE (2019). Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2018). Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2010). Atualmente é graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Atua como professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de História e Educação das Relações Étnico-Raciais.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0845192645091064>
